

# Publicação escribal de obras de Manuel Botelho de Oliveira em códices da tradição de Gregório de Matos e Guerra: estrutura dos cancioneiros e leitura

*Marcello Moreira\**

Acreditou-se, ao longo de todo o século XIX – posição esta ainda referendada nos anos 80 do século passado por E. Eisenstein (EISENSTEIN, 1998) e seus seguidores –, que a invenção da prensa de tipos móveis significara o fim da era dos escribas na Europa moderna. Tal crença levou a uma má compreensão dos procedimentos, vigentes nos séculos XVI, XVII e XVIII, na Península Ibérica e nos desdobramentos atlânticos das monarquias espanhola e portuguesa, que objetivavam dar a público os textos poéticos. O manuscrito produzido entre o Quinhentos e o Setecentos foi considerado, geralmente, pela tradição filológica europeia do Oitocentos, como artefato que servia de suporte para a produção poética à espera de impressão e, por conseguinte, de publicação. Só se pode considerar poemas preservados exclusivamente em registro manuscrito “inéditos”, caso se adote a postura acima referida que equipara, a partir da criação da impressão com tipos móveis, impressão e publicação.

O equacionar impressão e publicação se deve a perspectivar os séculos XVI, XVII e XVIII e a produção manuscrita que se deu no referido período a partir da realidade sócio-cultural do Oitocentos, quando a cultura da manuscritura deixara de ter importância no cenário europeu, já que o manuscrito de fato perdera, no século XIX, sua função como artefato bibliográfico e textual que visava a registrar e publicar as obras poéticas e outras da mais variada natureza.

---

\* Marcello Moreira é Mestre em Filologia Portuguesa e Doutor em Literatura Brasileira pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Professor Adjunto de Literatura Brasileira na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Organizou, em 2003, com Luciana Gama, o número da Revista USP dedicado à América Portuguesa – Dossiê Brasil Colônia.

No entanto, caso nos detenhamos a examinar os mecanismos de publicação dos textos poéticos tanto na Península Ibérica – sobretudo aqueles de natureza satírica, que não recebiam o *imprimatur* por parte dos censores – quanto na América portuguesa destituída de casas impressoras, logo nos aperceberemos que o dar a público poemas que se sabia censurados por sua pertença ao subgênero vituperante, em Portugal e Espanha, como o publicar poemas na colônia americana do Império marítimo lusitano implicava pô-los em circulação por meio de cópias manuscritas. As relações entre, de um lado, a produção, a circulação e a reprodução dos textos poéticos e, de outro, a cultura da manuscritura dizem respeito, contudo, não apenas às espécies poéticas do subgênero vituperante, que não recebiam autorização para serem impressas na Europa, mas também às espécies poéticas pertencentes ao subgênero laudatório, ou seja, à lírica em geral. Essas relações são inextricáveis, o que levou Maria Corti (CORTI, 1978: 152) a propor uma nova história social da literatura (*social history of literature*), mas uma que considere “the physical means of transmission and transform itself at some point into a social history of writing, with the contributions of several disciplines”.

Percebe-se, a referenciar a proposição de Corti, os estudos inovadores de Mary Hobbs (HOBBS, 1992) e de D. F. McKenzie (MCKENZIE, 1981), entre outros, que se dedicaram ao estudo das relações entre o textual e o bibliográfico e, no caso específico de Corti, entre os referidos elementos e a cultura da manuscritura na Europa moderna.

Os inúmeros cancioneiros em que foi coligida a produção satírica de poetas como Quevedo, Gôngora e Gregório de Matos atestam o que nos informam outros documentos oriundos dos séculos XVI, XVII e XVIII, ou seja, que a proibição de publicar por impresso textos satíricos levou a que fossem disseminados por meio da multiplicação de cópias manuscritas (MOREIRA, 2001: 380 ss).

Em Portugal, por exemplo, há nas *Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas* leis que proíbem o publicar o que se denominava, então, “cartas difamatórias”, rubrica sob a qual podem ser reunidos os textos satíricos. Nas *Ordenações Afonsinas* (Livro V, p. 384), por exemplo, o título CXVII refere-se às “Cartas defamatorias, que se lançam encuberta-/mente por mal dizer”. O desejo de “publicação” associa-se, no texto do título CXVII, ao ato de lançar em local público um manuscrito qualquer, como se pode ver da seguinte passagem:

Dom Duarte pela graça de DEOS Rey de Por-/tugal, e do Algarve, e Senhor de Cepta. A quantos/ esta Carta virem fazemos saber, que por quanto al-/guis escriptos, trovas, e outras cartas de mal dizer/ se lançaõ em alguis lugares, pera se darem ou dize-/rem a aquelles, que dezejaõ de defamar, ou a ou-/tros que as pobliquem,

ou se diga o contheudo em ellas, e nom se pode saber quem as fez, pera lhes/ seer dada tal pena como merecem: querendo nós em/ ello poer castigo mandamos, que se alguem tal es-/cripto achar aberto, e o leer, que o rompa logo, de tal guisa que se nom possa leer, sem mai fallar no/ que em elle achou; ca se o publicar, ou mostrar, ou/ a alguma pessoa em ello fallar, haverá tal pena, como mereceria aquel que o fez, e aver-s'a por Author; e/ se achar carta cerrada; e se vir que he de mal dizer, logo a rompa como dito he; e se for d'outras cousas, pode-a dar a quem vier; e finalmente cada hui saiba,/ que d'aqui em diante de qualquer carta ou escripto,/ que der ou publicar, será theúdo a responder como/ se o fizesse, quando razoado Autor nom der, e o provar.

Como se depreende do excerto acima extratado, as cartas difamatórias, entre as quais eram compreendidas as trovas, eram lançadas em lugares em que alguém pudesse encontrá-las. Esperava-se que aquele que as encontrasse, depois de lê-las, tomasse a si a iniciativa de publicá-las, de socializar seus conteúdos. Com o intuito de impedir a publicação das cartas difamatórias, as *Ordenações* instituíam a obrigatoriedade de rompê-las na ocasião mesma de com elas se deparar. Aquelle que as encontrasse e as mostrasse ou as lesse a outrem, o que equivaleria a publicá-las, haveria de receber a pena destinada aos autores das cartas, caso fossem encontrados. O título CXVII das *Ordenações Afonsinas* foi, do ponto de vista textual, parcialmente aproveitado quando da necessidade de atualizar a legislação portuguesa sob Dom Manuel, conquanto do ponto de vista dos princípios legais o título LXXIX das *Ordenações Manuelinas* não difira daquele que lhe é equivalente na legislação anterior. Cabe ressaltar que, no período em que as *Ordenações Manuelinas* foram impressas, em 1521, a publicação de escritos não se vinculava mais de maneira exclusiva ao ato de pôr manuscritos em circulação, já que a imprensa se fazia presente em Portugal. Contudo, ainda se faz sentir, no momento em que as *Ordenações Manuelinas* foram impressas a presença ostensiva de uma prática que há de perdurar por quase três séculos no Império marítimo lusitano, a de valer-se da manuscritura para produzir, multiplicar e dar a público textos que o Estado não desejava ver em circulação. É a referida prática que faz perdurar, nas *Ordenações Manuelinas*, o título CXVII das *Ordenações Afonsinas*, embora, como já se disse, reescrito. No título LXXIX (Livro V, p. 235-236) - “Das cartas defamatorias, que se lançam por mal dizer,/ E dos mexeriqueiros.” -, lê-se:

POR QUANTO alguis escriptos de trovas, e/ outras cartas de maldizer se lançam em alguis lu-/ guares pera se darem, ou

dizerem a aquelles, de que/ desejam de desamar, Mandamos, que se algui tal/ escripto achar aberto, e o leer, que loguo o rompa,/ de tal maneira, que se nom possa leer, sem mais fa-/lar, nem pubricar o que se nelle achou; e publi-/cando-o, ou mostrando-o, ou se algia pessoa em ello/ falar, Mandamos que aja aquella pena, que averia/ aquella que o fez.

Muitos, como o próprio Quevedo, reconheciam na imprensa um meio mais eficaz de multiplicar o escrito, conquanto reservassem para a difusão manuscrita não apenas os versos satíricos como também aqueles destinados a grupos de discretos.

A dicotomia discreto-vulgar é constitutiva dos poemas e de sua recepção, já que, segundo João Adolfo Hansen (2003: 69-70), por serem miméticos – “figurando assuntos do referencial do lugar segundo preceitos técnicos” dos gêneros a que pertencem - e, simultaneamente, judicativos – especificando, “nos estilos que dão forma à enunciação, temas e destinatários, as posições interpretativas que permitem receber e avaliar adequadamente as representações –, apresentam uma dupla funcionalidade que “constitui dois tipos de destinatários textuais...figurados como tipos conhecedores dos preceitos aplicados (discretos) e ignorantes dos mesmos (vulgares)”.

Não apenas os poetas, mas também aqueles que coligem poemas, organizando-os em cancioneros, reconhecem a pertinência da oposição discreto/vulgar e na página de rosto de códices seiscentistas há muitas vezes designado o tipo intelectual a quem os poemas coligidos se destinam: na página de rosto de um dos códices quevedianos da Biblioteca Nacional de Madrid, por exemplo, lê-se: FRAGMENTOS/ NO IMPRESOS HASTA OY./ DE D. FRANCISCO DE QUEVEDO/ Villegas. Cauallero en el/ Orden de Santiago, y Señor/ de la Torre de Juan Abad./ Recogidos/ Por un aficionado,/ Para los discretos.” O paratexto (GENETTE, 1997: 1-15) da página de rosto circunscreve o público a que o volume está destinado, propondo apenas os discretos como aqueles que poderão, pelas competências leitoras de que dispõem, compreender as agudezas apresentadas com vistas ao *prodesse* e ao *delectare*.

Essa mesma oposição é de fundamental importância para que possamos compreender como, nos séculos XVII e XVIII, foi organizada a tradição de Gregório de Matos e Guerra e como os poemas atribuídos ao poeta baiano eram lidos pelos letrados coloniais e portugueses. Passemos a algumas considerações sobre a tradição gregoriana, a fim de demonstrar como ela só pode ser compreendida em sua historicidade específica, a partir do momento em que se a considere como produto característico da cultura da manuscritura; tentaremos demonstrar também como, nos códices gregorianos, as categorias “discreto” e “vulgar” se tornam elementos estruturantes do artefato bibliográfico-textual.

A tradição codicológica de Gregório de Matos e Guerra começou a ser produzida ainda em fins do século XVII, conquanto a maioria dos testemunhos que a compõem datem já do século XVIII. Há um intervalo de algumas décadas entre o suposto ano da morte do poeta e o período em que a maioria dos códices gregorianos foi produzida. Os manuscritos que nos chegaram às mãos são todos apógrafos, alguns produzidos, na cidade da Bahia, por letrados locais, outros produzidos em Portugal. Como ponderar criticamente a distância que separa o poeta a quem é atribuído o *corpus* que leva o seu nome e que foi produzido por outrem, décadas após sua morte, dos artefatos bibliográfico-textuais que constituem a tradição?

João Adolfo Hansen (HANSEN, 1989), em seu estudo sobre a poesia produzida na cidade da Bahia, no século XVII, não se questiona sobre a cronologia de composição do *corpus* gregoriano, assim como os outros estudiosos que sobre ele se debruçaram. Contudo, o distanciamento que se dá entre o poeta e a produção do *corpus* que lhe é atribuído é de fundamental importância para compreendermos aspectos constituintes da tradição de Gregório de Matos e Guerra, como, por exemplo, a operacionalização das categorias “discreto” e “vulgar” quando da produção dos códices poéticos.

## A Vida

A defasagem existente entre o período de produção dos poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, por um lado, e o de sua compilação e textualização, por outro, resultou em que a poesia seiscentista, no interior das grandes coleções codicológicas, já se afigurava como discurso fora do ato que o produziu. Produção/enunciação e registro escrito não são, no que respeita às coleções poéticas de textos gregorianos, fenômenos coetâneos. O distanciamento histórico entre a produção/enunciação do discurso poético e o seu registro pela escritura explica, dentre outras coisas, a formulação da *VIDA/DO/Excelente Poeta Lirico/O DOUTOR/GREGORIO DE MATOS/GUERRA*<sup>1</sup>. Como afirma João Adolfo Hansen (*Idem*: 13): “Apologia, o texto estabelece a legibilidade doutrinária da sátira atribuída ao poeta segundo critérios barrocos que o compõem e interpretam, retórica e teologicamente, como personagem. Ficção, integra-se no gênero do retrato biográfico encomiástico”.

O texto de Manuel Pereira Rabelo, ou melhor, a *Vida*, articula a defasagem existente entre a produção/enunciação do discurso poético gregoriano e sua

---

<sup>1</sup> É assim que se encontra registrado o título do panegírico a Gregório de Matos e Guerra no primeiro volume do códice Asensio-Cunha.

escritura e textualização dadas posteriormente – de que ele, Rabelo, é um dos responsáveis<sup>2</sup> – com a composição da memória panegírica. A articulação é mais do que pertinente ao caso em questão, na medida em que o gênero epidítico, no subgênero encômio, pode apresentar-se como discurso *sub specie praeteritorum*, como o provam exemplarmente *De uiris illustribus*, na Antigüidade, e *Le vite de più eccellenti pittori, scultori et architetti*<sup>3</sup>, no Quinhentos, obras que Manuel Pereira Rabelo e os outros autores da *Vida* devem ter conhecido.

Nas duas primeiras linhas da versão da *Vida*, que nos é apresentada como texto introdutório à coletânea de poemas coligidos nos quatro volumes do códice Asensio-Cunha, declara-se: “Abreviarey a vida de hum Poeta pouco cuy-/ dadoso de estendêlla nos espaços da eternidade, que lhe-/ franqueou as portas”<sup>4</sup>.

Como se assevera nas linhas extratadas, o poeta não se ocupou de perpetuar sua memória. O que significa, contudo, na versão da *Vida* ora analisada, o ser pouco cuidadoso de estender a mesma vida nos espaços da eternidade?

A *Vida* é encômio, memória panegírica. Como elemento textual que compõe um artefato bibliográfico, entretanto, e que proporciona organicidade e coesão internas a esse mesmo artefato, como veremos adiante, para além de justificar sua fatura, a *Vida* não deve nem pode ser lida separadamente da unidade artefactual de que é elemento constituinte e que é, em suma, uma unidade bibliográfico-textual.

A *Vida* justifica-se na medida mesma em que ela justifica a construção de um monumento eficiente para a perpetuação de uma memória de que ela faz parte. É justamente por declarar a falta de cuidado do poeta em perpetuar sua própria memória que o licenciado Manuel Pereira Rabelo pode intervir como agente que a produz de maneira eficaz. Pode-se dizer que a *Vida* do excelente poeta lírico, o doutor Gregório de Matos e Guerra, como panegírico, independe de quaisquer outros textos para ser compreendida, já que nela se encerram os

<sup>2</sup> Há mais de uma versão da *Vida* e nem todas elas são atribuídas a Manuel Pereira Rabelo.

<sup>3</sup> No aviso aos leitores – CARLO MANOLESSI A LETTORI –, inserido na edição das *Vite* de 1647, o editor, Carlo Manolessa, declarava estar esforçando-se por continuar a obra de Giorgio Vasari, já que objetivava compor as *vite* de artistas surgidos ou após Vasari ter finalizado o seu trabalho ou depois de este último ter falecido. Solicitava para tanto a colaboração dos leitores, pois esperava que esses lhe enviassem informações respeitantes a artistas cujas *vite* necessitassem ser escritas, estando a maioria deles, como se depreende da leitura do texto de Manolessa, já mortos. O encômio caracteriza-se assim como discurso, nas *vite*, que constitui uma memória, no presente, por meio da recuperação de feitos passados ainda não dignamente celebrados, mas que necessitam sê-lo – procedimento este já relatado por Aristóteles, mas que não se configuraria, no que diz respeito ao tempo em que se desenvolve a ação a ser encomiada, como procedimento característico das espécies do epidítico que se desdobrariam no presente da enunciação fazendo remissão a feitos coetâneos (Retórica, I, iii, 4).

<sup>4</sup> *Códice Asensio-Cunha*, Vol. I, *VIDA/DO/Excellente Poeta Lirico/ODOUTOR/GREGORIO DE MATTOS/GUERRA*, p. 1, sem numeração no original.

elementos constituintes da memória panegírica, ou seja, prosopografia e demais partes da *effictio*, etopéia e cronografia. Contudo, o panegírico a Gregório de Matos e Guerra é paradoxal, pois, embora suficiente enquanto discurso encomiástico para a promoção do louvor de um poeta, ele se afirma, no que contradiz a tradição dessa espécie do epidítico, logo nas primeiras linhas, insuficiente para comemorar a excelência de um poeta, pois como declará-la, se não se tornar possível apresentá-la para o ajuizamento dos pósteros? Conquanto continuador de uma tradição retórica oriunda da Antigüidade, Rabelo rejeita a tradição memorativa do panegírico em que o comemorar e o memorar, núcleo do discurso elogioso, orna os homens e os feitos sem, entretanto, no que diz respeito ao louvor dos poetas, patentear a justeza do encômio por meio do fornecimento de poemas que funcionariam como provas a roborar os procedimentos argumentativos típicos dessa espécie do subgênero elogioso.

O que está implícito no intróito do panegírico composto por Rabelo é a necessidade de apresentar, a par da exposição regrada de eventos e feitos que constituem a matéria por excelência da memória panegírica, aquilo que é sua justificativa primeira, ou seja, o produto do poetar, pois não seriam eles, os poemas, no caso do poetar, os *gesta/praxeis* que moveriam ao louvor? Se os fastos dos grandes não podem ser recuperados a não ser por meio da escrita que os representa, que, na verdade, os institui como memória, as obras poéticas de Gregório de Matos e Guerra, das quais há mais do que meras notícias que proclamem sua excelência, podem ser apresentadas aos leitores como evidência de sua excelência.

Não há, por conseguinte, segundo Rebelo, encômio ao poeta, efetiva preservação aos pósteros dos *gesta poetarum*, caso não haja, para além do panegírico, o monumento codicológico que preserve a memória por excelência do exceler no poetar – a poesia –, a ser produzido por meio de um conjunto de práticas e de fazeres consubstanciados nos códices poéticos seiscentistas e setecentistas que chegaram até nós. A memória a ser construída, conquanto encontre no encômio a sua justificação discursiva, não pode ser separada, por conseguinte, do monumento codicológico que organiza a produção poética atribuída ao poeta e que, ao fazê-lo, preserva-a.

A atividade colecionadora da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra justifica-se como ato que visa à perpetuação de uma memória, na medida em que a coleção poética instaura-se como monumento ou padrão cujo fim é impor-se, em sua materialidade imanente, à ação destrutiva do tempo. Há como enaltecer o exceler de um poeta, se não houver memória do seu poetar? Portanto, não apenas a *Vida*, mas também o códice de que a *Vida* é um elemento constituinte celebra a memória do varão digno de enaltecimento, de fama e glória

imorredouras, ao constitui-la textual e bibliograficamente; o códice poético é, por conseguinte, simultaneamente, memória e monumento<sup>5</sup>.

É o desejo de glória e fama, segundo Bartholomaeo de Alcaçar, em seu *De speciebus inventione, et dispositione orationum ad genus exornativum pertinentium* (1750, p. 57), que dá origem às “estatuas,...arcos triumphaes,” e “demais padroens contra a voracidade do tempo”. Como se depreende do extrato supracitado, o desejo de glória e fama dá origem aos monumentos que corporificam a memória, salvaguardando-a da ação deletéria do tempo que vorazmente se esforça por transformá-la em ruína, em pó, em nada. A poesia, como forma de constituição da memória que o Estado centralizado da Europa moderna deseja produzir, é também ela monumental, como o declaram os títulos de tantos poemas quinhentistas e seiscentistas produzidos em Portugal, a que serve de exemplo o epitalâmio *Templo da Memória*, comemorativo das bodas de Dom João IV com Dona Luísa de Gusmão, poema que, por seu turno, é celebrado por Dom Francisco Manuel de Melo, em *A Tuba de Calíope*; discurso poético que objetiva promover o encômio de um outro poema, um epitalâmio, na medida em que este objetiva

---

<sup>5</sup> Não seria possível discutir aqui as razões que justificavam a preservação da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra em fins do Seiscentos e ao longo do Setecentos. Lembremos apenas que desde a Antigüidade o uso da palavra para a promoção da concórdia entre os membros da comunidade política era motivo para a inclusão da eloqüência e da poesia como elementos constituintes da *scientia civilis*. Como o Bem comum é o mais alto fim das organizações humanas, e como a retórica e a poesia podem convergir para sua produção e manutenção, o desenvolvimento das reflexões que justificavam o poetar por seu caráter educativo encontrou, respaldado em escritos antigos, grande voga a partir do século XVI. No *De inventione* (I, 5), afirma-se: “Civilis quaedam ratio est, quae multis et magnis ex rebus constat. Eius quaedam magna et ampla pars est artificiosa eloquentia quam rhetoricam vocant. Nam neque cum eis sentimus Qui civilem scientiam eloquentia non putant indigere, et ab eis Qui eam putant omnem rhetoris vi et artificio contineri magnopere dissentimus. Quare hanc oratoriam facultatem in eo genere ponemus, ut eam civilis scientiae partem esse dicamus.” E, para além da leitura das obras de Cícero, nas quais se articula a relação entre retórica, política e ética, há que se levar em conta que a leitura do *Protágoras*, a partir da Idade Moderna, teria levado muitos a incluir a poesia na filosofia prática, junto com a política e a ética, pois ela visaria à formação dos cidadãos e à ordenação das relações entre os membros da comunidade política, já que forneceria os modelos a serem emulados (e pela negatividade de tudo o que lhes era oposto, a serem rejeitados) por aqueles a quem se tentava incutir o que integrava o ideal de *paideia*: “And when the boy has learned his letters and is beginning to understand what is written, as before he understood only what was spoken, [326] they put into his hands the works of great poets, which he reads sitting on a bench at school; in these are contained many admonitions, and many tales, and praises, and encomia of ancient famous men, which he is required to learn by heart, in order that he may imitate or emulate them and desire to become like them.” Deve-se ainda considerar a leitura ciceroniana da Retórica de Aristóteles a partir do Quinhentos, em que a supracitada relação entre retórica, política e ética estendia-se também à poética, como o esclarece, por exemplo, a leitura de Ieronimo Zoppio (1563: 153): “a quello che si dice che la Poetica non è parte della Filosofia Morale;



consagrar a memória, enquanto discurso, das bodas reais<sup>6</sup>, evento a ser obrigatoriamente inserido nos panegíricos de Dom João IV, como o prescrevem as artes retóricas do período, o soneto de Dom Francisco Manuel de Melo é também ele monumento, pois é memória comemorativa de uma memória que lhe serve de matéria.

A articulação promovida pela *Vida* entre o período de produção/enunciação do discurso poético e sua escritura e textualização pode ser compreendida então como o esforço de Manuel Pereira Rabelo e por letrados vários para impedir que a memória de Gregório de Matos e Guerra fosse destruída pelo tempo e pelo descuido do próprio poeta. Segundo Rabelo, as poesias de Gregório, como ocorrera antes enquanto o poeta ainda vivia, no tempo de Dom João de Alencastre, encontravam-se “desparcidas”, palavra esta que remete ao substantivo dispersão. Circulando oralmente ou transmitidas por meio de folhas volantes, folha única ou pedaço de folha em que se copiavam textos da mais variada natureza, pela própria fragilidade dos suportes era necessário intervir na circulação e apropriação dos poemas, a fim de garantir-lhes uma mais longa supervivência. O códice poético é o remédio encontrado por Rabelo e por outros para frear a dispersão.

Mas a articulação entre o período de produção/enunciação dos poemas e o período de registro desses mesmos poemas promovida pela *Vida* se dá também em um outro nível que é aquele que mais nos interessa aqui.

Esse segundo nível de articulação define a legibilidade dos poemas devido à justaposição da *Vida* aos poemas reunidos na coletânea Asensio-Cunha e em outras coleções, já que aquela se fragmenta em didascálias que passam a servir de protocolo de leitura a cada uma das composições. Na *Vida*, por exemplo, discorre-se sobre a conflituosa relação entre Gregório de Matos e Guerra e o governador Luís da Câmara

---

s'opponne de la rhetorica, la quale ha somiglianza con la poetica, & di essa nel medesimo modo si danno precetti; & nondimanco la rettorica, è chiamata da Arist. nel primo della Rhet. cap. 2 vers. Ex quo efficitur, parte della civile; & vien confirmato da cicerone nel primo de Inventione cap. De iuri Civili, & partibus eius.” É essa mesma compreensão da poesia como parte da *scientia civilis* que leva Giraldi Cinthio (1554: 15) a dizer: “La Poesia et la Philosophia erano differente tra lor dinome, ma in sostanza erano una cosa medesima.”

<sup>6</sup> É preciso ter em mente que, no encômio, há uma possibilidade de tripartição do elogio em tipos a depender de aquilo que o motiva, como se assevera no *Ad Herennium* (III, vi, 10): “Nunc ad demonstrativum genus causae transeamus. Quoniam haec causa dividitur in laudem et vituperationem, quibus ex rebus laudem constituerimus, ex contrariis rebus erit vituperatio comparata. Laus igitur potest esse rerum externarum, corporis, animi.” Os dois primeiros tipos que compõem a *effictio* englobam também as bodas, embora o terceiro e último tipo que dá origem à *notatio* seja na teoria do louvor o núcleo de qualquer memória panegírica e o que deve de fato ser o objeto do elogio, como o declara Cícero no *De oratore* (II, 84): “Genus, forma, opes, divitiae, cetera quae fortuna det, aut extrinsecus aut corpori, non habent in se veram laudem, quae deberi virtuti uni putatur”.

Coutinho. A passagem da *Vida* em que se faz menção a essa conflituosa relação se fragmenta em várias didascálias, ou epitextos<sup>7</sup>, que servem para intitular os poemas ou para, melhor dizendo, circunscrever-lhes a matéria poética de que tratam. Podem também servir de exemplo a essa justaposição os poemas que tratam das matérias “exílio do poeta para Angola” e “retorno do poeta para Pernambuco” que, por virem seqüenciados no Códice Asensio-Cunha e precedidos de didascálias que os particularizam como episódios de eventos relatados mais brevemente na *Vida*, acabam por formarem uma unidade intertextual pela comum remissão, por meio das didascálias, a eventos de que seriam partes. As unidades intertextuais assim formadas amplificariam a *Vida*, minudenciando os eventos ali narrados de uma forma que não seria possível, caso se tentasse levá-la a termo na escrita da própria memória panegírica: “[305], Lamenta/o Poeta/o triste paradeyro da sua fortuna/descrevendo as mizerias do reyno de Angolla/para onde ò desterraram.; [313], Descreve/o que realmente se passa/no reyno de Angolla.; [314], Descreve/à hum amigo/desde aquelle degredo/as alterações, e misérias/daquelle reyno de Angolla,/e o que juntamente lhe aconteceo/com os soldados amotinados,/que ò levaram para o campo, e tiveram consigo/para os aconselhar no motim.; [318], Descreve/hum horroroso dia de trovões.; [319], Descreve/o Poeta/a Cidade do Recife/em Pernambuco.; [320], Descreve/a Procissão/de Quarta feyra de Cinza/em Pernambuco.”<sup>8</sup>

É preciso ter em mente que, na medida em que as didascálias amplificam a *Vida*, ou melhor, seções da *Vida*, os poemas nada mais seriam, eles próprios, do que ampliações discursivas da *Vida*. Os próprios poemas atribuídos a Gregório são inseridos na *Vida* com o objetivo de estabelecer uma relação de verossimilhança entre os discursos panegírica e poética. As remissões da *Vida* às didascálias e das didascálias à *Vida* não cessam ao longo dos quatro volumes que compõem a coleção Asensio-Cunha.

Assim sendo, os poemas de Manuel Botelho de Oliveira e de Dom Francisco Manuel de Melo inseridos nos códices da tradição de Gregório de Matos e Guerra passam a ser lidos também como elementos textuais que fazem remissão à *Vida* e é a partir dela que o sentido desses poemas e de outros mais vem a ser constituído pelos leitores durante a leitura. Entre os sonetos de Manuel Botelho de Oliveira copiados em códices gregorianos, um dos mais recorrentes é aquele dedicado a encomiar o desembargador Jerônimo de Sá e Cunha, soneto impresso, em 1705, em *Música do Parnasso*. No livro de Manuel Botelho de Oliveira, o referido soneto

<sup>7</sup> A definição de epitexto se encontra em Genette (1997: 1-15), em que se o define como paratexto participante da estrutura bibliográfico-textual do artefato “livro”.

<sup>8</sup> Os números entre colchetes indicam o número da página no segundo volume do códice Asensio-Cunha em que as didascálias figuram.

encontra-se inserido na seção intitulada PRIMEYRO/ CORO/ DE RIMAS PORTUGUESAS EM/ versos amorosos de Anarda, à página 46. Os sonetos, reunidos em uma subseção do primeiro coro das rimas portuguesas, são encômios ou então poemas que podem ser subsumidos à rubrica “*vanitas*”, como é o caso dos sonetos cujas didascálias são *Ao Cravo* e *À Açucena*. Como não há, em *Música do Parnasso*, um projeto estruturante do volume que promova a remissão de todos os poemas a um paratexto central a partir do qual todos ganhem inteligibilidade, podem ser lidos como unidades autônomas, ou, então, pode-se, ao lê-los, ajuizá-los más ou boas realizações de modelos reputados excelentes pelos letrados coloniais e que eles buscaram emular.

Como o número de didascálias que fazem remissão à *Vida* ou ao poeta é predominante nos códices gregorianos, mesmo que haja didascálias em que tal remissão não se faça presente, os poemas por elas antecipados e cujo sentido é por elas circunscrito são também eles lidos a partir da *Vida*, pois ela é recuperada *in absentia*, já que sempre se depreende, devido à compreensão prévia dos critérios estruturantes do códice e que são simultaneamente critérios de legibilidade, que o poeta como *persona ficta* representada na *Vida* é quem está, em última instância, por trás da ação, feito, fato, ocorrência representados pela poesia.

A articulação proposta entre a *Vida* e os poemas, por meio das didascálias, fragmentos da *Vida*, implica, no ato da leitura, a capacidade de compreender a memória panegírica como eixo articulador de todos os poemas e, simultaneamente, como núcleo a partir do qual todos os poemas ganham sua verossimilhança. O projeto que subjaz à estrutura do códice poético destina-se aos discretos como aqueles capazes de depreendê-lo durante o ato de leitura, sendo os vulgares aqueles que, por oposição, não chegam a compreender nem mesmo os procedimentos miméticos e judicativos a partir dos quais cada unidade textual é produzida, seja ela a *Vida* ou qualquer um dos poemas inseridos no códice poético.

## Bibliografia

- ALCAÇAR, Bartholomaeo de. *De speciebus inventione, et dispositione orationum ad genus exornativum pertinentium*. Lisboa: Manoel Coelho Amado, 1750.
- ARISTOTLE. *Art of Rethoric*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- BULGARINI, Belisario. *Risposte di Bellisario Bulgarini á ragionamenti del sig. Ieronimo Zoppio, intorno alla Commedia di Dante, Replica alla riposta del medesimo Zoppio, intitolata, Alle opposizioni sanesi*. Siena: Luca Bonetti, 1586.
- CICERUS, M. T. *De inventione*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- CICERUS, M. T. *De Oratore*. Cambridge: Harvard University Press, 1942.
- CICERUS, M. T. *Rhetorica ad Herennium*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- CORTI, Maria. *An introduction to literary semiotics*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

- GENETTE, Gérard. *Paratexts: thresholds of interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GIRALDI, Giambattista Cinzio. *Discorsi di M. Giovanbattista Cinthio...intorno al comporre de i romanzi, delle comedie, e delle tragedie, e di altre maniere di poesie*. Vinecia: Gabriel Ciolito de Ferrari et Fratelli, 1554.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HANSEN, João Adolfo. Pedra e cal: freiráticos na sátira luso-brasileira do século XVII. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 68-85, março 2003.
- HOBBS, Mary. *Early seventeenth-century verse miscellany manuscripts*. London: Scolar Press, 1992.
- MAROTTI, Arthur F. *Manuscript, print, and the English Renaissance lyric*. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- McKENZIE, D. F. Typography and meaning: the case of William Congreve. In: BARBER, Giles & FABIAN, Bernhard (ed.) *The book and the book trade in eighteenth-century Europe*. Hamburg: Ernst Hauswedell, 1981.
- MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata*. Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: FFLCH, 2001, mimeo.
- MOREIRA, Marcello. Análise bibliográfico-textual de dois membros da tradição de Gregório de Matos e Guerra. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 86-103, março 2003.
- OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Música do Parnasso*. Lisboa: Miguel Manescal, 1705.
- Ordenações Afonsinas*. Reprodução fac-símile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, vol. V
- Ordenações Manuelinas*. Reprodução fac-símile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1797. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, vol. V.
- PLATO. *The Dialogues*. Oxford: Oxford University Press, s/d.
- VASARI, Giorgio. *Le vite de più eccellenti pittori, scultori et architetti*. Bologna: Heredi di Evangelista Dozza, 1647, parte prima.

## Resumo

Objetiva-se discutir as relações entre publicação e cultura da manuscritura, nos séculos XVII e XVIII, e propor uma interpretação da estrutura do códice poético seiscentista e setecentista em que foi coligida a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Os elementos paratextuais presentes no códice poético e que o organizam retoricamente circunscrevem o sentido dos poemas, apresentando-se como critérios de legibilidade julgados apropriados pelos letrados do período. A inserção dos poemas no interior do códice pode modificar, portanto, o sentido que eles teriam, caso fossem lidos em folhas volantes, desvinculados de um paratexto ao qual suas intitulações ou didascálias fariam remissão.

**Palavras-chave:** Cultura escribal; poesia seiscentista; manuscrito

## *Abstract*

The discussion of the relationship between publication and scribal culture, in the seventeenth and in the eighteenth centuries, is the aim of this paper. It also proposes an interpretation of the structure of the late seventeenth-century and eighteenth-century verse manuscripts in which the poems attributed to Gregório de Matos e Guerra were collected. The paratextual elements present in the verse manuscript and which rhetorically organise it circumscribe the meaning of the poems presenting themselves as criteria properly established by the literate once from the period for the legibility of the poetical texts. The insertion of the poems in the body of the manuscripts can modify the meaning they would have out of them, because of their being taken out from a central paratextual unit – the *Vida* – to which their entitlements would refer to.

*Key-words:* Scribal culture; seventeenth-century poetry; manuscripts